



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA  
CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL  
DE  
PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28/05/2018**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 13**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Álvés Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL**

### **REUNIÃO DE 28/05/2018**

#### **ATA Nº 13**

----- Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 14 de maio de 2018 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

#### **I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

##### **1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

#### **II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

##### **2.1 - CÂMARA MUNICIPAL**

##### **2.1.1 - Fax da rádio Pampilhosa 97.8 FM - Reabertura dos Estúdios em Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente um Fax remetido pela rádio Pampilhosa 97.8 FM, datado de 11-05-2018, a comunicar que pretendem proceder à reabertura dos estúdios daquela rádio, sediados na sede deste Concelho, de preferência em instalações próprias, pelo que, vêm solicitar à Câmara Municipal informação sobre a disponibilidade de uma parte imóvel para aquele efeito, através de contrato de arrendamento. -----

----- Tendo em conta o solicitado, após refletida análise, e considerando que: -----  
----- atualmente, os bens imóveis do domínio privado do Município de Pampilhosa da Serra que, eventualmente, poderiam corresponder aos propósitos indicados pelo requerente, constituem um recurso fundamental e consideram-se necessários para a prossecução do interesse público e para o cumprimento dos fins e atribuições legalmente cometidos à Câmara Municipal; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- ainda que se identificasse um imóvel que pudesse satisfazer o solicitado, a gestão do património imobiliário e todas as decisões municipais que a suportam estão subordinadas aos princípios gerais da atividade administrativa e especialmente vinculadas aos princípios da boa administração, onerosidade, equidade, concorrência, transparência, responsabilidade e controlo; -----

----- por forma a assegurar, particularmente, os princípios da concorrência (assegurando-se aos interessados condições de igualdade de concorrência plena e efetiva) e da transparência (visando a igualdade de candidatura aos procedimentos, através da divulgação alargada e tempestiva de todos os critérios e condições, assegurando a paridade por parte de todos os interessados) a Câmara Municipal tem adotado procedimentos concorrenciais, regra geral a hasta pública, para a constituição a favor de terceiros de direitos a título oneroso sobre o património municipal; -----

----- Pelo exposto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, informar o requerente que, atualmente, o Município de Pampilhosa da Serra não poderá encetar o necessário procedimento concursal, por não dispor de bens imóveis do seu domínio privado que possam ser objeto de contrato de arrendamento, já que os mesmos são necessários à prossecução dos fins e atribuições legalmente previstos e acometidos à Câmara Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **3- DIVISÃO FINANCEIRA**

#### **3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

##### **3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 24 de maio de 2018, que apresenta os seguintes valores/total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.746.261,78 € (dois milhões setecentos e quarenta e seis mil duzentos e sessenta e um euros e setenta e oito centavos); -----

----- De operações não orçamentais: 164.336,79 € (cento e sessenta e quatro mil trezentos e trinta e seis euros e setenta e nove centavos), num total de 2.920.544,23 € (dois milhões novecentos e vinte mil quinhentos e quarenta e quatro euros e vinte e três centavos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### **4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA**

#### **4.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### 4.1.1 – Ata nº 1 – Hasta Pública Para Adjudicação da Cessão de Exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, Pampilhosa da Serra

----- Foi presente a Ata nº 1 da Hasta Pública Para Adjudicação da Cessão de Exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, Pampilhosa da Serra, do seguinte teor: -----

----- " Aos dezasseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pelas dez horas e trinta minutos, em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra em reunião ordinária realizada em 30 de abril de 2018, reuniram os membros da Comissão constituída por Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, na qualidade de Presidente, Felisberto Neves Pinto, Chefe da Divisão Administrativa, na qualidade de Vogal e Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnica Superior, na qualidade de Vogal, constituída nos termos e para os efeitos do disposto na Cláusula 9ª e seguintes do Programa de Procedimento, aprovado pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra na sua reunião ordinária supra referida, a fim de dirigir o ato público de arrematação, em hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, sito junto da albufeira da barragem de Santa Luzia, Pampilhosa da Serra. -----

----- Aberto o ato público, o início dos trabalhos teve lugar pelas dez horas e quarenta minutos. -----

----- Pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, **os elementos da Comissão verificaram não haver pessoas no Salão Nobre, para além deles, não havendo, portanto, concorrentes inscritos para o ato de arrematação. Pelo que, foi entendimento unânime dos elementos da Comissão dar-se por encerrada a hasta pública, bem como submeter a apreciação e deliberação da Câmara Municipal, na sua próxima reunião, a proposta de encerramento do procedimento para adjudicação, em hasta pública, da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, sito junto da albufeira da barragem de Santa Luzia, dado a hasta pública ter ficado deserta.** -----

----- Cumpridas todas as formalidades inerentes a este Ato Público e não havendo nada a tratar, o Presidente da Comissão deu o mesmo por encerrado, eram onze horas, tendo-se lavrado a presente ata que vai ser assinada por todos os membros da Comissão." -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o encerramento do procedimento para adjudicação, em hasta pública, da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, sito junto da albufeira da barragem de Santa Luzia, dado a hasta pública ter ficado deserta. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### 4.1.2 – Hasta Pública para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, “Bar da Cal”, sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia – Abertura de Procedimento

- Foi presente a seguinte Proposta do Senhor Vice-Presidente, Jorge Custódio: -
- Considerando que, na sequência do anterior procedimento para adjudicação, em hasta pública, da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, “Bar da Cal”, sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, verificou-se que, no passado dia 16/05/2018, não houve concorrentes inscritos para o ato de arrematação tendo, por conseguinte, a hasta pública ficado deserta; -----
- Nos termos da alínea g) do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (atenta a sua atual redação em vigor), que refere competir à Câmara Municipal “*adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG*”, **tenho a honra de propor à Câmara Municipal que, após apreciação, delibere:** -----
- - a abertura de novo procedimento para adjudicação, em hasta pública, da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, “Bar da Cal”, sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, no concelho de Pampilhosa da Serra, nos precisos termos e condições constantes no **Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, os quais se anexam à presente para apreciação, propondo-se, outrossim, a sua aprovação;** -----
- - que a base de licitação seja fixada em 200,00 € (duzentos Euros) e os lances mínimos em 50,00 € (cinquenta Euros); -----
- - que a hasta pública se realize no dia 14 de junho de 2018, pelas 10:30h horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----
- **Mais se propõe que a arrematação em hasta pública seja dirigida por uma Comissão**, a quem competirá: prestar esclarecimentos, quando solicitados, antes e durante a hasta pública; dirigir os trabalhos da hasta pública; apreciar e decidir das reclamações apresentadas no ato de hasta pública; adjudicar provisoriamente a cessão de exploração dos equipamentos, objeto do procedimento; emitir o auto de arrematação referente à adjudicação provisória que identificará o adjudicatário provisório e o valor por este pago; proceder à audiência dos interessados, se à mesma houver lugar; apreciar as reclamações e decidir das reclamações em sede de audiência dos interessados; propor à Câmara Municipal a adjudicação definitiva da cessão de exploração dos equipamentos, objeto do presente procedimento, **constituída pelos seguintes membros:** -----
- Efetivos: -----
- Presidente: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo; -----
  - Vogal: Felisberto Neves Pinto, Chefe da Divisão Administrativa; -----
  - Vogal: Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnica Superior. -----
- Suplentes: -----
- Vogal: Sandra Sofia Miguel Chora Custódio, Chefe de Divisão de



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Desenvolvimento Municipal e Paulo Jorge Duarte Batista Teixeira, Técnico Superior. -----

----- Nos termos do disposto no artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09 (na sua atual redação em vigor), a realização da hasta pública deverá ser publicitada através de Edital a ser afixado nos lugares estabelecidos na Lei, com a antecedência mínima de 10 dias úteis, nos termos e para os efeitos do artigo 86º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar: -----

----- - a abertura de novo procedimento para adjudicação, em hasta pública, da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, "Bar da Cal", sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, no concelho de Pampilhosa da Serra, nos precisos termos e condições constantes no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos; -----

----- - o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos; -----

----- - a base de licitação de 200,00 € (duzentos Euros) e os lances mínimos em 50,00 € (cinquenta Euros); -----

----- - a realização da hasta pública no dia 14 de junho de 2018, pelas 10:30h horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **4.1.3 – Proposta de Protocolo de Geminção entre o Município de Cascais e o Município de Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, do seguinte teor: -----

----- A Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra foi oficialmente contactada pela Câmara Municipal de Cascais com o objetivo de ser estabelecido um Protocolo de Geminção entre os dois Municípios, cuja minuta se anexa à presente informação. --

----- Da análise à referida minuta resulta que: -----

----- Os acordos de geminação desempenham, efetivamente, um papel fundamental no desenvolvimento local, permitindo que as cidades se tornem abertas à diversidade e ao intercâmbio cultural, social, económico e empresarial, desenvolvendo ações de aproximação entre os cidadãos e as suas instituições; -----

----- O sobredito Protocolo de Geminção visa a criação e desenvolvimento de programas de cooperação e de formação tendo em vista o desenvolvimento assente nos interesses e opções dos dois Municípios outorgantes; -----

----- Para tal, ambos os Municípios assumem o compromisso de cooperar, de acordo com a disponibilidade de cada um, designadamente e em especial no âmbito da Proteção Civil, tendo em vista a contribuição para a formação de quadros do Município de Pampilhosa da Serra, podendo ser fornecidos meios técnicos, didáticos e materiais adequados. Acordando ainda em colaborar na troca de experiências e



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

informação de interesse municipal. -----

----- Considerando que, nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09 (atenta a sua atual redação em vigor) compete à Câmara Municipal *"apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta"*, e que nos termos do disposto na al. t) do nº 1 do art. 25º do citado Regime Jurídico das Autarquias Locais é da competência da Assembleia Municipal *"autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países"*, permita-me sugerir a submissão do presente assunto e Protocolo de Geminação à próxima reunião da Câmara Municipal para análise, eventual anuência no estabelecimento da relação de geminação com o Município de Cascais e eventual aprovação dos termos do Protocolo de Geminação, anexo. -----

----- E, nessa sequência, considerando os fundamentos legais supra referidos, que seja tomada deliberação no sentido deste assunto ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, a fim de se obter a necessária autorização, solicitando-se que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos dos nºs 3 e 4 do art. 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar os termos do Protocolo de Geminação com a Câmara Municipal de Cascais e submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, nos termos do disposto na al. t) do nº 1 do art. 25º do citado Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **4.1.4 - Afetação ao Domínio Público Municipal do artigo rústico inscrito na matriz predial da Freguesia de Janeiro de Baixo sob o artigo nº 7133, sito em Porto de Vacas, no lugar denominado por "Lavadouro"**

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, do seguinte teor: -----

----- Na sequência da Petição rececionada na Secção de Obras Particulares deste Município, em 11/05/2018 (reg. 6577), subscrita pela Srª D. Maria Isabel Barata Costa Dias, contribuinte fiscal nº 117.329.428, residente no Lugar de Porto de Vacas, Freguesia de Janeiro de Baixo, Concelho de Pampilhosa da Serra, bem como, a informação interna nº 2545 datada de 16/05/2018, emitida pelo serviço de fiscalização, a qual refere que em deslocação ao local e em conversa com a requerente, foi apurado que efetivamente com a abertura da estrada entre Porto de Vacas e o Esteiro, foi ocupada a totalidade do prédio rústico em causa, cumpre a estes serviços informar que: -----

----- **Considerando que as estradas e os caminhos municipais pertencem ao domínio de circulação das autarquias locais e, portanto, ao domínio público**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

**do Município, tendo em conta que o artigo rústico supra identificado foi ocupado na sua íntegra pela passagem da estrada entre Porto de Vacas e o Esteiro, considera-se que o mesmo passou a integrar o domínio público municipal.** -----

----- Assim, com vista à regularização de tal situação, junto das entidades competentes, sugere-se que a Câmara Municipal ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, atentas as alterações subsequentes em vigor), **proponha à Assembleia Municipal** que a mesma delibere sobre a afetação daquele terreno ao domínio público municipal, nos termos da alínea q) do nº 1 do artigo 15º, do diploma supra referido. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquele terreno ao domínio público municipal, nos termos da alínea q) do nº 1 do artigo 15º, do diploma supra referido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### 4.2 – RECURSOS HUMANOS

#### 4.2.1 – Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais

----- Foi presente a seguinte Proposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

----- A Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, em sessão ordinária de 15 de dezembro de 2012, na sequência da proposta da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária de 27 de novembro de 2012, aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 6, de 9 de janeiro de 2013. -----

----- De modo a ajustar a funcionalidade e operacionalidade as alterações introduzidas pelos diversos Orçamentos de Estado desde 2012, foram efetuadas alterações, ao referido regulamento, publicadas, na 2.ª série do Diário da República, n.º 134, de 15 de julho de 2014, na 2.ª série do Diário da República, n.º 99, de 22 de maio de 2015 e na 2.ª série do Diário da República — N.º 19 — 26 de janeiro de 2017. -----

----- A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2017), veio alterar Estatuto de Pessoal Dirigente da Administração Local (aprovado e publicado pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto) na redação introduzida pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro), alterando algum dos pontos do artigo 21.º (“Mecanismo de Flexibilidade”) e revogando os seus artigos 8.º (“Provimento de chefe de divisão municipal”), 9.º (“Provimento de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior”) e 25.º (“Mecanismos de adequação da estrutura orgânica”). ---

----- O que significa que, a partir de 1 de janeiro de 2017, os municípios que não se





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

encontrem nas situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) alterado pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), passam a poder aprovar estruturas orgânicas e prover um número de cargos dirigentes superior ao previsto na Lei n.º 49/2012. Assim, pela revogação dos seus artigos 8.º e 9.º deixou de ter fixado limites de provimento de chefes de divisão municipal e de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior. -----

----- Relativamente ao Regulamento existente, a presente reestruturação apresenta-se, assim, com a finalidade de proceder algumas alterações, nomeadamente:-----

### Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais

----- **1 – O número 3 do artigo 4.º passa a ter a seguinte redação:-----**

----- 3 - Recrutamento e seleção -----

----- a) Os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados, por procedimento concursal, nos termos da legislação em vigor, possuindo no mínimo formação superior graduada de licenciatura, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de coordenação e controlo e que reúnam no mínimo dois anos de experiência profissional na área de atuação do cargo.-----

----- **2 – O ponto B, número 2 do artigo 5.º passa a ter a seguinte redação: -**

----- 2) - DA, por um Chefe de Divisão (dirigente intermédio de grau 2) conforme n.º 3 do artigo 7.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º Da lei n.º 49/2012 de 29 de agosto; -----

----- **3 – O ponto B, número 3 do artigo 5.º passa a ter a seguinte redação:-**

3) - DDM, por um Chefe de Divisão (dirigente intermédio de grau 2) conforme n.º 3 do artigo 7.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º Da lei n.º 49/2012 de 29 de agosto;-----

----- **4 – O artigo 9.º passa a ter a seguinte redação: -----**

----- A Divisão Administrativa, é dirigida por um chefe de divisão, a quem compete a programação, organização, coordenação e direção integrada de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Divisão, designadamente:-----

...

----- **5 – O artigo 11.º passa a ter a seguinte redação: -----**

----- A Divisão de Desenvolvimento Municipal, é dirigida por um chefe de divisão, a quem compete a programação, organização, coordenação e direção integrada de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Divisão, designadamente:-----

...



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **4.2.2 – Abertura de Procedimento Concursal – Divisão Administrativa – Secção Administrativa – Coordenador Técnico**

----- Foi presente a seguinte Proposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

----- Após análise aos serviços municipais, com o objetivo de determinar se os trabalhadores em exercício de funções são em número insuficiente, suficiente ou excessivo, para prosseguir as atribuições e competências desses serviços, concluiu-se que o Município tem insuficiência de recursos humanos para ocupação de postos de trabalho, previstos e não ocupados no seu mapa de pessoal, tendo em conta o planeamento estratégico integrado definido para a nossa autarquia.-----

----- Deste modo, torna-se premente promover o recrutamento dos postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, atendendo a que se tratam de atividades essenciais ao funcionamento dos serviços municipais a longo prazo, logo de natureza permanente, uma vez que são necessárias para garantir a operacionalização e o bom e regular funcionamento dos serviços municipais. -----

----- De acordo com o determinado no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, nenhum dos órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação fixado no seu artigo 3.º, nos quais se incluem os serviços da administração autárquica, pode iniciar procedimento para recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para os postos de trabalho em causa. O procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação encontra-se regulamentado, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, segundo a qual, previamente ao início do processo de recrutamento, o dirigente máximo do órgão ou serviço tem de solicitar à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), enquanto entidade gestora do sistema de requalificação, a verificação da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas.-----

----- A matéria respeitante à consulta ao INA, por parte das autarquias locais, no âmbito do 3º procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cujas conclusões foram homologadas pelo Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2014. A Direção-



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Geral das Autarquias Locais emitiu a solução interpretativa uniforme de que as autarquias locais não têm de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, porquanto o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, prevê, na alínea c) do seu artigo 3.º, que este regime é aplicável aos serviços da administração autárquica nos termos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o qual determina, no seu artigo 16.º, que, na administração autárquica, o exercício das competências previstas para a entidade gestora do sistema de requalificação compete a uma entidade gestora a requalificação nas autarquias (EGRA) relativamente aos respetivos processos de reorganização de trabalhadores, a constituir no âmbito de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal e que o âmbito de aplicação dos procedimentos previstos no regime de requalificação é o da área da entidade intermunicipal, sendo as autarquias locais, nos termos do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, entidades gestoras subsidiárias enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento. A administração local não é obrigada a consultar o INA uma vez que ainda não se encontram constituídas as EGRA, pelo que não é exigível a demonstração da impossibilidade de ocupação do posto de trabalho em causa por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação.-----

----- Não existem reservas de recrutamento internas na Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, nem na CIM Região de Coimbra, que satisfaçam as necessidades do recrutamento em causa. -----

----- Para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 4.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no Município, não tendo sido efetuada consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), uma vez que, não tendo ainda sido publicado qualquer procedimento concursal para reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.-----

----- Os candidatos têm de ser detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído. -----

----- Nos termos do n.º 3 do art.º 88.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a ocupação do lugar de coordenador técnico, da carreira de assistente técnico, depende da existência de unidades orgânicas flexíveis com o nível de secção ou da necessidade de coordenar, pelo menos 10 assistentes técnicos.-----

----- Na Divisão Administrativa, há mais de 10 assistentes técnicos e existe a Subunidade Orgânica Administrativa criada no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra.-----

----- Foi solicitado à Divisão Financeira informação relativa às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das finanças locais tendo a mesma informado que "Conforme solicitado, informo que existe cabimentação e Fundos Disponíveis para a realização da despesa mencionada e cumpre o preconizado no art.º 32 no ponto 1 da Lei nº 7-



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

A/2016." -----

----- Assim, de modo a ganhar eficácia e eficiência nos serviços administrativos proponho que a Câmara Municipal, delibere autorizar o recrutamento para o seguinte lugar, para candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado:-----

### Divisão Administrativa – Secção Administrativa

----- - 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Coordenador Técnico – Secção Administrativa (Subunidade Orgânica Administrativa), para as funções constantes no Mapa de Pessoal para 2018 e de acordo com o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra que se a seguir se descrevem: -----

----- - Prestar todo o apoio administrativo aos vários setores da divisão;-----

----- - Minutar e processar o expediente e efetuar os demais procedimentos administrativos que lhe sejam determinados;-----

----- - Executar as tarefas inerentes à receção, classificação, distribuição e expedição de correspondência e outros documentos dentro dos prazos legalmente estabelecidos;-----

----- - Organizar e manter atualizados os ficheiros das respetivas unidades orgânicas e manter atualizado o respetivo arquivo setorial;-----

----- - Assegurar ainda, a cada unidade orgânica, todos os demais serviços burocráticos, nomeadamente, em processos de: Estatística; Inquéritos administrativos; Emissão de certidões e declarações;-----

----- - Exercer as demais funções que, superiormente, lhe forem cometidas.-----

----- Proponho assim, que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra delibere, o seguinte:-----

----- - Autorização para abertura do lugar referido;-----

----- - Autorizar que o presente recrutamento se destine a ser preenchido, em 1.º lugar pelos candidatos aprovados colocados em situação de requalificação, em 2.º lugar e esgotados estes, pelos candidatos aprovados detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado;-----

----- - Aprovar o prazo de 10 dias úteis para apresentação de candidaturas ao procedimento.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- - Autorizar a abertura do lugar referido; -----

----- - Autorizar que o presente recrutamento se destine a ser preenchido, em 1.º lugar pelos candidatos aprovados colocados em situação de requalificação, em 2.º lugar e esgotados estes, pelos candidatos aprovados detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado;-----

----- - Aprovar o prazo de 10 dias úteis para apresentação de candidaturas ao procedimento.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### **4.2.3 - Abertura de Procedimento Concursal - Divisão de Desenvolvimento Municipal - Técnico Superior - Turismo**

----- Foi presente a seguinte Proposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

----- Após análise aos serviços municipais, com o objetivo de determinar se os trabalhadores em exercício de funções são em número insuficiente, suficiente ou excessivo, para prosseguir as atribuições e competências desses serviços, concluiu-se que o Município tem insuficiência de recursos humanos para ocupação de postos de trabalho, previstos e não ocupados no seu mapa de pessoal, tendo em conta o planeamento estratégico integrado definido para a nossa autarquia. -----

----- Deste modo, torna-se premente promover o recrutamento dos postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, atendendo a que se tratam de atividades essenciais ao funcionamento dos serviços municipais a longo prazo, logo de natureza permanente, uma vez que são necessárias para garantir a operacionalização e o bom e regular funcionamento dos serviços municipais.-----

----- De acordo com o determinado no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, nenhum dos órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação fixado no seu artigo 3.º, nos quais se incluem os serviços da administração autárquica, pode iniciar procedimento para recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para os postos de trabalho em causa. O procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação encontra-se regulamentado, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, segundo a qual, previamente ao início do processo de recrutamento, o dirigente máximo do órgão ou serviço tem de solicitar à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), enquanto entidade gestora do sistema de requalificação, a verificação da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas.-----

----- A matéria respeitante à consulta ao INA, por parte das autarquias locais, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cujas conclusões foram homologadas pelo Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2014. A Direção-Geral das Autarquias Locais emitiu a solução interpretativa uniforme de que as autarquias locais não têm de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, porquanto o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

n.º 80/2013, prevê, na alínea c) do seu artigo 3.º, que este regime é aplicável aos serviços da administração autárquica nos termos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o qual determina, no seu artigo 16.º, que, na administração autárquica, o exercício das competências previstas para a entidade gestora do sistema de requalificação compete a uma entidade gestora da requalificação nas autarquias (EGRA) relativamente aos respetivos processos de reorganização de trabalhadores, a constituir no âmbito de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal e que o âmbito de aplicação dos procedimentos previstos no regime de requalificação é o da área da entidade intermunicipal, sendo as autarquias locais, nos termos do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, entidades gestoras subsidiárias enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento. A administração local não é obrigada a consultar o INA uma vez que ainda não se encontram constituídas as EGRA, pelo que não é exigível a demonstração da impossibilidade de ocupação do posto de trabalho em causa por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação.-----

----- Não existem reservas de recrutamento internas na Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, nem na CIM Região de Coimbra, que satisfaçam as necessidades do recrutamento em causa.-----

----- Para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 4.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no Município, não tendo sido efetuada consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), uma vez que, não tendo ainda sido publicado qualquer procedimento concursal para reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.-----

----- Aquando da fase de recrutamento, no âmbito de um procedimento concursal, tem de ser respeitada a ordem de prioridades estabelecida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º, conjugada com o disposto no artigo 30.º, n.º 3 e 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, dos quais resulta que os postos de trabalho terão de ser preenchidos em 1.º lugar pelos candidatos aprovados colocados em situação de requalificação, em 2.º lugar e esgotados estes, pelos candidatos aprovados detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado. -----

----- Foi solicitado à Divisão Financeira informação relativa às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das finanças locais tendo a mesma informado que "Conforme solicitado, informo que existe cabimentação e Fundos Disponíveis para a realização da despesa mencionada e cumpre o preconizado no artº 32 no ponto 1 da Lei nº 7-A/2016."-----

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal, delibere autorizar o recrutamento para o seguinte lugar, para candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado:-----

**Divisão de Desenvolvimento Municipal**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- - 1 Posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico Superior – Turismo – Serviço de Turismo, para as funções constantes no conteúdo funcional, do anexo referido no n.º 2) do artigo 88.º da LTFP, para as categorias referidas, bem como as que se a seguir se descrevem:-----

----- Funções de complexidade funcional inerente à categoria/carreira de Técnico Superior para exercer a sua atividade no Sector de Turismo, e que passa pelo desenvolvimento de documentos técnicos, elaboração de dossiers temáticos, bem como efetuar, verificar e corrigir os textos que tenham como objetivo promover as atividades do Município e o desempenho das seguintes competências:-----

----- Planear, programar, coordenar e controlar as atividades do Município no âmbito da animação turística;-----

----- Inventariar as potencialidades turísticas da área do Município e promover a sua divulgação;-----

----- Programar e desenvolver ações tendentes ao fomento e dinamização do turismo no Município;-----

----- Colaborar com na coordenação da atividade de animação turística, com a atividade empresarial e de investimento na área do turismo; -----

----- Assegurar o funcionamento dos Postos de Turismo;-----

----- Elaborar propostas de circuitos turísticos, bem como de publicações destinadas à promoção turística do Município;-----

----- Manter contacto regular com entidades locais, regionais, nacionais e/ou internacionais, elaborando propostas de atuação a submeter a decisão superior;-----

----- Promover a edição de materiais e a realização de atividades de informação e promoção turística;-----

----- Assegurar as políticas municipais nas áreas de animação turística; -----

----- Exercer as demais funções que lhe forem cometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior. -----

----- Proponho assim, que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra delibere, o seguinte:-----

----- - Autorização para abertura do lugar referido;-----

----- - Autorizar que o presente recrutamento se destine a ser preenchido, em 1.º lugar pelos candidatos aprovados colocados em situação de requalificação, em 2.º lugar e esgotados estes, pelos candidatos aprovados detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado;-----

----- - Aprovar o prazo de 10 dias úteis para apresentação de candidaturas ao procedimento.-----

----- - Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- - Autorizar a abertura do lugar referido; -----

----- - Autorizar que o presente recrutamento se destine a ser preenchido, em 1.º lugar pelos candidatos aprovados colocados em situação de requalificação, em 2.º



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

lugar e esgotados estes, pelos candidatos aprovados detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado;-----

----- - Aprovar o prazo de 10 dias úteis para apresentação de candidaturas ao procedimento.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### 6 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 6.1 – OBRAS PÚBLICAS

##### 6.1.1 – Pavimentação do CM 1374 entre Portela de Unhais – Limite do Concelho da Covilhã

- Concurso 272014

- Liberação de garantias

----- Foi presente uma informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- *Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Pavimentação do CM 1374 entre Portela de Unhais-Limite do Concelho da Covilhã", a firma João de Sousa Baltazar, S.A, apresentou em 03/04/2018 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município.*-----

----- *O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº190/2012 de 22 de agosto.*-----

----- *Atento a publicação do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto, a liberação de cauções processas de acordo com o disposto no nº3 do artigo 12º do Preâmbulo e artigo 295º do citado diploma legal.*-----

----- *Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior e de modo a averiguar a inexistência de defeitos foi efetuada vistoria no dia 18 de abril de 2018 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº João Santos Naré Agostinho.*-----

----- *Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentavam quaisquer anomalias.*-----

----- *Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições necessárias e suficientes para serem libertados 60% do valor das garantias existentes correspondentes ao valor dos trabalhos, nos termos do disposto no nº5 do artigo 295º do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto.*-----

----- *A empreitada goza das seguintes garantias:*-----

----- 1) *Garantia Bancária – operação nº0222.015659.093, no valor de 29.980,30*





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

€ ( vinte e nove mil, novecentos e oitenta euros e trinta cêntimos ), emitida em 23/01/2015 pela Caixa Geral de Depósitos, S.A;-----

----- 2) Retenção do montante de 28.006,87 € ( vinte e oito mil, seis euros e oitenta e sete cêntimos ) efetuada aquando do pagamento dos autos da empreitada;-----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se o seguinte:-----

----- a) Redução do montante da garantia bancária operação nº0222.015659.093, no valor de 29.980,30 € ( vinte e nove mil, novecentos e oitenta euros e trinta cêntimos ), emitida em 23/01/2015 pela Caixa Geral de Depósitos, S.A para o montante de 11.992,12 € ( onze mil, novecentos e noventa e dois euros e doze cêntimos ) ( redução de 17.988,18 € );-----

----- b) Redução do montante retido, no valor de 28.006,87 € ( vinte e oito mil, seis euros e oitenta e sete cêntimos ) para o montante de 11.202,75 € ( onze mil, duzentos e dois euros e setenta e cinco cêntimos ), correspondente a uma devolução de 16.804,12 € ( dezasseis mil, oitocentos e quatro euros e doze cêntimos );-----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **6.1.2 – Requalificação de Arruamentos\_Pampilhosa da Serra**

#### **- Receção definitiva parcial\_Liberação de caução**

#### **- Concurso 262011**

----- Foi presente uma informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- "Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Requalificação de Arruamentos\_Pampilhosa da Serra", a firma Calado e Duarte, Lda, apresentou em 20/04/2017 o pedido de receção definitiva. -----

----- Tal como transmitido ao adjudicatário em 15/03/2018, através do ofício nº1257, o prazo de garantia da presente empreitada encontra-se regulado pelo disposto na cláusula 36ª do caderno de encargos.-----

----- A receção provisória ocorreu em 21/03/2012 pelo que atualmente só poderiam ser passíveis de receção definitiva, caso estivessem nas devidas condições, os trabalhos cujo período de garantia é de 2 e 5 anos.-----

----- Os trabalhos sobre os quais recai um período de garantia de 10 anos não poderão ser rececionados definitivamente nesta data.-----

----- Em 22/03/2018 foi efetuada vistoria, cujo relatório se anexa, sendo que não foi verificada qualquer anomalia.-----

----- Nestes termos, os trabalhos constantes da listagem anexa, cujo período de garantia é de 2 e 5 anos, podem ser considerados rececionados definitivamente.-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Quanto aos restantes, somente a partir de 21/03/2022 pode ser equacionada a sua receção.-----

----- No que respeita à liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município, deve ser dado cumprimento ao disposto no nº3 do artigo 12º do Preâmbulo e artigo 295º do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições necessárias e suficientes para serem libertados 100% do valor das garantias existentes correspondentes ao valor dos trabalhos, nos termos do disposto no nº5 do artigo 295º do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto.-----

----- A empreitada goza das seguintes garantias:-----

----- 1) Retenção de 795,75 €;-----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-----

----- **a) Restituição do montante de 795,75 € correspondente a 25% do valor inicial das garantias que era de 3.183,00 €.**-----

----- **b) Receção definitiva dos trabalhos constantes da listagem anexa, cujo prazo de garantia seja 2 e 5 anos.**-----

----- À consideração superior."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.---

### **6.1.3 – Execução de Conduta Adutora \_ Z.I. Pampilhosa da Serra**

#### **- Liberação de caução**

#### **- Concurso 052013**

----- Foi presente uma informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor:-----

----- "Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada "Execução de Conduta Adutora \_ Z.I. Pampilhosa da Serra ", a firma Calado & Duarte, Lda, apresentou em 14/03/2018 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município.-----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº190/2012 de 22 de agosto.-----

----- Atento a publicação do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto, a liberação de cauções processa-se de acordo com o disposto no nº3 do artigo 12º do Preâmbulo e artigo 295º do citado diploma legal.-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior e de modo a averiguar a inexistência de defeitos foi efetuada vistoria no dia 27 de abril de 2018 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Eng<sup>o</sup> Paulo Jorge Mendes Calado.-----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no n<sup>o</sup> 5 do artigo 295<sup>o</sup> do Decreto Lei n<sup>o</sup> 111-B/2017 de 31 de agosto, para serem libertados 15% do valor das garantias existentes.-----

----- A empreitada goza das seguintes garantias:-----

----- 1) Retenção inicial de 5.497,30 € aquando do pagamento dos autos de medição n<sup>o</sup> 1 e n<sup>o</sup> 2, com o montante atual de 1.374,32 €;-----

----- **Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se: -----**

----- **a) Devolução do montante de 824,60 €, retido aquando do pagamento dos autos de medição n<sup>o</sup> 1 e n<sup>o</sup> 2, passando o valor da retenção de 1.374,32 € para 549,72 €;-----**

----- À consideração superior."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **6.1.4 – Obras de Urbanização\_Lote 8E\_Qt. De S. Martinho** - **Receção definitiva parcial\_Liberação de caução** - **Concurso 082012**

----- Foi presente uma informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo do seguinte teor: -----

----- "Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Obras de Urbanização\_Lote 8E\_ Qt. de S. Martinho ", a firma Calado e Duarte, Lda, apresentou em 14/03/2018 o pedido de receção definitiva.-----

----- Tal como transmitido ao adjudicatário em 15/03/2018, através do ofício n<sup>o</sup> 1264, o prazo de garantia da presente empreitada encontra-se regulado pelo disposto na cláusula 36ª do caderno de encargos.-----

----- A receção provisória ocorreu em 10/08/2012 pelo que atualmente só poderiam ser passíveis de receção definitiva, caso estivessem nas devidas condições, os trabalhos cujo período de garantia é de 2 e 5 anos.-----

----- Os trabalhos sobre os quais recai um período de garantia de 10 anos não poderão ser rececionados definitivamente nesta data.-----

----- Em 27/03/2018 foi efetuada vistoria, cujo relatório se anexa, sendo que não foi verificada qualquer anomalia.-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Nestes termos, os trabalhos constantes da listagem anexa, cujo período de garantia é de 2 e 5 anos, podem ser considerados rececionados definitivamente. ----

----- Quanto aos restantes, somente a partir de 10/08/2022 pode ser equacionada a sua receção.-----

----- No que respeita à liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município, deve ser dado cumprimento ao disposto no nº3 do artigo 12º do Preâmbulo e artigo 295º do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições necessárias e suficientes para serem libertados 100% do valor das garantias existentes correspondentes ao valor dos trabalhos, nos termos do disposto no nº5 do artigo 295º do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto.-----

----- A empreitada goza das seguintes garantias:-----

----- 1) Garantia bancária nºN00376599, no valor inicial de 14.953,85 € ( catorze mil, novecentos e cinquenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos ), e atual de 3.738,46 € ( três mil, setecentos e trinta e oito euros e quarenta e seis cêntimos ), emitida em 30/05/2012 pelo Banco Espírito Santo, S.A.-----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita parcialmente, propondo-se:-----

----- **a) Cancelamento da Garantia Bancária nº N00376599, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A em 30/05/2012 no montante de 14.953,85 € (catorze mil, novecentos e cinquenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos), e atual de 3.738,46 € ( três mil, setecentos e trinta e oito euros e quarenta e seis cêntimos );** -----

----- **b) Receção definitiva dos trabalhos constantes da listagem anexa, cujo prazo de garantia seja 2 e 5 anos.** -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **6.1.5 – Pavimentação da E.M. Portela do Fojo / Padrões**

**- Receção definitiva parcial\_Liberação de caução**

**- Concurso 052010**

----- Foi presente uma informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo do seguinte teor: -----

----- "Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Pavimentação da E.M. Portela do Fojo / Padrões", a firma Diamantino Jorge & Filho, S.A, apresentou em 05/03/2018 o pedido de receção definitiva.-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Tal como transmitido ao adjudicatário em 15/03/2018, através do ofício nº1240, o prazo de garantia da presente empreitada encontra-se regulado pelo disposto na cláusula 36ª do caderno de encargos.-----

----- A receção provisória ocorreu em 08/09/2011 pelo que atualmente só poderiam ser passíveis de receção definitiva, caso estivessem nas devidas condições, os trabalhos cujo período de garantia é de 2 e 5 anos.-----

----- Os trabalhos sobre os quais recai um período de garantia de 10 anos não poderão ser rececionados definitivamente nesta data.-----

----- Em 20/03/2018 foi efetuada vistoria, cujo relatório se anexa, sendo que não foi verificada qualquer anomalia.-----

----- Nestes termos, os trabalhos constantes da listagem anexa, cujo período de garantia é de 2 e 5 anos, podem ser considerados rececionados definitivamente.-----

----- Quanto aos restantes, somente a partir de 08/09/2021 pode ser equacionada a sua receção.-----

----- No que respeita à liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município, deve ser dado cumprimento ao disposto no nº3 do artigo 12º do Preâmbulo e artigo 295º do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições necessárias e suficientes para serem libertados 100% do valor das garantias existentes correspondentes ao valor dos trabalhos, nos termos do disposto no nº5 do artigo 295º do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto.-----

----- A empreitada goza das seguintes garantias:-----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/10302608, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 17/05/2010 no montante inicial de 35.236,30 € e atual de 24.665,41 €;-----

----- 2) Retenção de 198,39 €, correspondente a 10% da revisão de preços paga;--

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-----

----- **a) Cancelamento da garantia bancária nº GAR/10302608, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 17/05/2010 no montante inicial de 35.236,30 € e atual de 24.665,41 €;**-----

----- **b) Restituição do montante de 198,39 €;**-----

----- **c) Receção definitiva dos trabalhos constantes da listagem anexa, cujo prazo de garantia seja 2 e 5 anos.** -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **6.1.6 – Redes Públicas de Distribuição de Água e Drenagem Águas Residuais\_Armadouro**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### **- Receção definitiva parcial\_Liberação de caução - Concurso 312009**

----- Foi presente uma informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo do seguinte teor: -----

----- "Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Redes Públicas de Distribuição de Água e Drenagem Águas Residuais\_Armadouro", a firma Diamantino Jorge & Filho, S.A, apresentou em 05/03/2018 o pedido de receção definitiva.-----

----- Tal como transmitido ao adjudicatário em 15/03/2018, através do ofício nº1241, o prazo de garantia da presente empreitada encontra-se regulado pelo disposto na cláusula 36ª do caderno de encargos.-----

----- A receção provisória ocorreu em 18/12/2012 pelo que atualmente só poderiam ser passíveis de receção definitiva, caso estivessem nas devidas condições, os trabalhos cujo período de garantia é de 2 e 5 anos. -----

----- Os trabalhos sobre os quais recai um período de garantia de 10 anos não poderão ser rececionados definitivamente nesta data.-----

----- Em 20/03/2018 foi efetuada vistoria, cujo relatório se anexa, sendo que não foi verificada qualquer anomalia.-----

----- Nestes termos, os trabalhos constantes da listagem anexa, cujo período de garantia é de 2 e 5 anos, podem ser considerados rececionados definitivamente.-----

----- Quanto aos restantes, somente a partir de 18/12/2022 pode ser equacionada a sua receção.-----

----- No que respeita à liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município, deve ser dado cumprimento ao disposto no nº3 do artigo 12º do Preâmbulo e artigo 295º do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições necessárias e suficientes para serem libertados 100% do valor das garantias existentes correspondentes ao valor dos trabalhos, nos termos do disposto no nº5 do artigo 295º do Decreto Lei nº111-B/2017 de 31 de agosto.-----

----- A empreitada goza das seguintes garantias:-----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/10302609, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 17/05/2010 no montante inicial de 34.041,60 €;-----

----- 2) Retenção de 579,16 €, correspondente a 10% da revisão de preços paga;--

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-----

----- a) Cancelamento da garantia bancária nº GAR/10302609, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 17/05/2010 no montante inicial de 34.041,60 €; -----

----- b) Restituição do montante de 579,16 €; -----

----- c) Receção definitiva dos trabalhos constantes da listagem anexa, cujo prazo de garantia seja 2 e 5 anos. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- *À consideração superior.* -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **7 – DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA**

#### **7.1 – DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA**

##### **7.1.1 – Proposta de Assinatura de Protocolo de Cooperação entre o Município de Pampilhosa da Serra, a Direção-Geral da Saúde e a Administração Regional de Saúde do Centro, sobre a Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável e da Promoção da Atividade Física**

----- Remetida pelo Sr. Dr. Queimadela Batista, Delegado de Saúde a ACES do Pinhal Interior Norte, com registo nº 6679 de 14/05/2018, foi presente a Minuta do Protocolo de Cooperação, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, a Direção-Geral da Saúde e a Administração Regional de Saúde do Centro, que tem por objeto enquadrar a colaboração da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na operacionalização ao nível municipal, a Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável e da Promoção da Atividade Física e dos vários projetos enquadrados na estratégia referida, implementados pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., através da rede de serviços de saúde pública (Departamento de Saúde Pública/Unidades de Saúde Pública). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do referido Protocolo e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para a competente assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

##### **7.1.2 – Proposta de Normas de Participação e Funcionamento da XXI Feira de Artesanato e Gastronomia 2018 - Artesanato**

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- *"Atendendo à necessidade de se proceder à abertura das inscrições para a XXI Feira de Artesanato e Gastronomia, que decorrerá de 13 a 16 de agosto de 2018, remete-se em anexo, para análise e decisão superior, a proposta das Normas*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

*de Participação e Funcionamento – Artesanato, e o modelo de Ficha de Inscrição.” --*  
----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **7.1.3 - – Proposta de Normas de Participação e Funcionamento da XXI Feira de Artesanato e Gastronomia 2018 - Gastronomia**

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “ *Atendendo à necessidade de se proceder à abertura das inscrições para a XXI Feira de Artesanato e Gastronomia, que decorrerá de 13 a 16 de agosto de 2018, remete-se em anexo, para análise e decisão superior, a proposta das Normas de Participação e Funcionamento – Gastronomia, e o modelo de Ficha de Inscrição.*”

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

## **7.2 – CULTURA**

### **7.2.1 – Espetáculo Solidário “Uma Conversa sobre Outros Assuntos” com Ricardo Araújo Pereira – Receita**

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Cultura, do seguinte teor: -----

----- “ *O humorista Ricardo Araújo Pereira não ficou indiferente à tragédia dos incêndios do dia 15 de outubro de 2017, mostrando a sua solidariedade através da realização de diversos espetáculos por todas as regiões afetadas por este flagelo. ---*

----- *Desta forma, Pampilhosa da Serra recebeu, no passado dia 21 de abril, pelas 21h30, o seu espetáculo “Uma Conversa sobre Assuntos”, no Auditório Municipal do Edifício Monsenhor Nunes Pereira. -----*

----- *A receita de bilheteira reverteu a favor do Fundo das Vítimas dos Incêndios do Concelho de Pampilhosa da Serra, totalizando o montante global de 1700 euros, resultante dos 170 bilhetes vendidos (10 €/bilhete). -----*

----- *Este valor foi depositado na conta do Município de Pampilhosa da Serra – Incêndios 2017.” -----*

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, expressar um Voto de Agradecimento a Ricardo Araújo Pereira, por tão nobre iniciativa de solidariedade em prol da Pampilhosa da Serra. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---





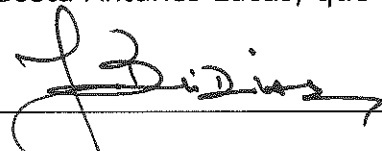
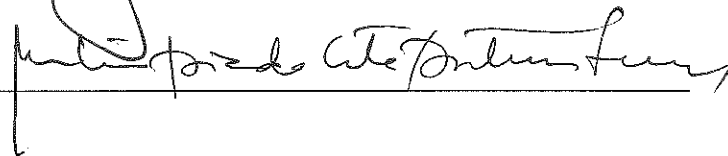
## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### III – PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----  
----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Senhor Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

### ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, que a redigi e subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_